

Solaris Equipamentos e Serviços S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Acionistas da
Solaris Equipamentos e Serviços S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solaris Equipamentos e Serviços S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Solaris Equipamentos e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Combinação de Negócios: aquisição da Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda. (“Nest”)

Por que é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia realizou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, transação de combinação de negócios que foi registrada e divulgada à luz do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios:

- Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda. (“Nest”): em 28 de abril de 2021, a Companhia celebrou contrato de investimento, compra e venda de cotas e outras avenças para adquirir 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Nest no montante de R\$5.100 mil (cinco milhões e cem mil reais).

Na mensuração dos efeitos contábeis registrados dessa transação de combinação de negócios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Diretoria, auxiliada por especialistas externos, utilizou metodologias de avaliação que requerem a utilização de estimativas e julgamentos na mensuração dos respectivos valores justos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas e julgamentos utilizados pela Diretoria e os especialistas externos na determinação das principais premissas utilizadas nas mensurações de valor justo de ativos e passivos adquiridos nessa combinação de negócios da Nest, incluindo ágio, e à complexidade inerente a esse processo, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria nesse exercício sendo examinado por nós.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) leitura dos documentos relacionados à transação de combinação de negócios, tais como contratos firmados entre as partes envolvidas, atas de Conselho de Administração e outras evidências formais que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle do negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como na determinação do valor justo dos ativos e passivos correspondentes e respectivo ágio; (ii) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, análise da metodologia determinada pela Companhia para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, bem como do ágio; (iii) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na modelagem financeira e da exatidão e integridade das informações utilizadas, bem como dos cálculos efetuados, confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado; (iv) avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia à luz do CPC 15 (R1).

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitável a mensuração da transação de combinação de negócios, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Reconhecimento de receita de prestações de serviços de locação de equipamentos

Por que é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia decorre substancialmente da receita de prestação de serviços de locação de equipamentos, esses registrados como imobilizado (“receita de locação”).

A Companhia contabiliza suas receitas de locação (R\$32.845 mil na controladora e R\$34.155 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2021) de acordo com o período de locação, considerando as condições contratuais e conforme a extensão do consumo do benefício de uso dos equipamentos de locação, conforme preconizado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

Pelo reconhecimento da receita de locação de equipamentos envolver julgamento na determinação do momento de reconhecimento da receita, considerando premissas tais como período de locação, condições contratuais entre as partes e extensão do consumo do benefício de uso dos ativos de locação, e pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de locação de equipamentos; (ii) testes substantivos em base amostral por meio de análise de documentação-suporte das receitas de prestação de serviços ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerando suas especificidades contratuais, evidências da efetiva locação dos equipamentos e consumo do benefício de uso dos ativos de locação; (iii) inspeção em base amostral da liquidação financeira por parte dos clientes dos recebíveis reconhecidos decorrentes da locação de ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e (iv) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas à luz do CPC 47.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos deficiências de controles internos no processo de reconhecimento das receitas de locação, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas, os quais foram discutidos com a Diretoria.

Consideramos como resultado desses procedimentos de auditoria que os valores contabilizados de receitas de prestação de serviços de locação de equipamentos são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Valor recuperável dos impostos diferidos ativos

Por que é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta saldos de imposto de renda e contribuição social diferido ativos no montante de R\$79.231 mil, relacionados ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, e a diferenças temporárias. Esses saldos de impostos diferidos ativos são registrados contabilmente com base na existência de probabilidade razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros para a realização desses ativos não circulantes.

A Companhia efetua as projeções de lucros tributáveis futuros que requer o uso de estimativas e julgamento na determinação das principais premissas operacionais e financeiras. Caso aplicável, provisão para perdas ao valor recuperável desses impostos diferidos ativos são registrados contabilmente.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e às estimativas e julgamentos utilizados pela Diretoria na determinação do valor recuperável desses impostos diferidos ativos, e à complexidade inerente a esse processo, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria nesse exercício sendo examinado por nós.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento do processo de preparação e revisão do orçamento futuro e das análises de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia para determinar o valor recuperável dos impostos diferidos ativos; (ii) comparação do orçamento para o ano corrente aprovado no exercício anterior (31 de dezembro de 2020) com os valores reais apurados no ano corrente (31 de dezembro de 2021) de forma a verificar a capacidade da Companhia em projetar resultados futuros com premissas não agressivas de lucratividade; (iii) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, análise da metodologia determinada pela Companhia para a avaliação do valor recuperável desses impostos diferidos ativos; (iv) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na modelagem financeira e da exatidão e integridade das informações utilizadas, bem como dos cálculos efetuados; (v) teste de sensibilidade para determinadas premissas utilizadas pela Companhia; (vi) comparação do valor recuperável determinado pela Companhia com o valor contábil dos impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2021; e (vii) avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia à luz do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitável a premissa da Diretoria que os valores dos impostos diferidos ativos são realizáveis, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, datado de 31 de março de 2021, sem ressalvas.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Fornecemos também a diretoria declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a diretoria, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



John Alexander Harold Auton
Contador
CRC nº 1 RJ 078183/O-2

SOLARIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020(*)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	73.448	92.912	73.460	92.912
Contas a receber de terceiros	7	6.296	17.898	6.931	17.898
Contas a receber de partes relacionadas	27.2	1.264	390	1.264	390
Estoques	8	4.221	4.488	4.221	4.488
IRPJ e CSLL a recuperar	18	5.883	5.400	5.883	5.400
Tributos a recuperar	18	3.317	2.450	3.326	2.450
Adiantamentos a fornecedores		2.967	2.895	2.995	2.895
Outros ativos circulantes		579	759	588	759
		<u>97.975</u>	<u>127.192</u>	<u>98.668</u>	<u>127.192</u>
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	18	-	348	-	348
IRPJ e CSLL diferidos	9	79.231	78.490	79.231	78.490
Depósitos judiciais	21	1.123	233	1.123	233
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	808	-	808
		<u>80.354</u>	<u>79.879</u>	<u>80.354</u>	<u>79.879</u>
Investimento em controlada	10	5.001	-	-	-
Imobilizado	11	5.013	22.982	10.677	22.982
Intangível	12	16	171	2.282	171
		<u>10.030</u>	<u>23.153</u>	<u>12.959</u>	<u>23.153</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>188.359</u>	<u>230.224</u>	<u>191.981</u>	<u>230.224</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(*) o balanço patrimonial apresenta colunas iguais na controlada e consolidado em 2020 conforme nota explicativa 1.2

SOLARIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020 (*)
CIRCULANTE					
Contas a pagar a terceiros	13	6.560	6.642	6.825	6.642
Contas a pagar a partes relacionadas	27.2	826	4.922	826	4.922
Empréstimos e financiamentos	15	-	4.547	783	4.547
Debêntures	16	3.945	17.705	3.945	17.705
Arrendamentos a pagar	17	479	715	479	715
Salários e encargos sociais	20	639	935	695	935
Imposto de renda e contribuição social	19	1.322	996	1.396	996
Tributos a pagar	19	219	53	227	53
Provisão para participação nos resultados	14	179	1.361	179	1.361
Outras contas a pagar de partes relacionadas	27.2	-	1.488	-	1.488
Outros passivos		421	474	421	474
		<u>14.590</u>	<u>39.838</u>	<u>15.776</u>	<u>39.838</u>
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	206	-
Debêntures	16	-	3.926	-	3.926
Arrendamento a pagar	17	355	-	355	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	4.491	5.277	4.491	5.277
Outros passivos		320	480	319	480
		<u>5.166</u>	<u>9.683</u>	<u>5.371</u>	<u>9.683</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>19.756</u>	<u>49.521</u>	<u>21.147</u>	<u>49.521</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22.1	117.652	133.348	117.652	133.348
Reservas de capital	22.3	69.337	69.337	69.337	69.337
Reservas de lucro	22.2	180	-	180	-
Prejuízos acumulados		(18.566)	(21.982)	(18.566)	(21.982)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		168.603	180.703	168.603	180.703
Participação dos acionistas não controladores		-	-	2.231	-
Total do patrimônio líquido		<u>168.603</u>	<u>180.703</u>	<u>170.834</u>	<u>180.703</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>188.359</u>	<u>230.224</u>	<u>191.981</u>	<u>230.224</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(*) o balanço patrimonial apresenta colunas iguais na controlada e consolidado em 2020 conforme nota explicativa 1.2

SOLARIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas e serviços	23	43.754	137.160	45.604	142.531
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(32.118)	(71.081)	(32.888)	(79.068)
Lucro bruto		<u>11.636</u>	<u>66.079</u>	<u>12.716</u>	<u>63.463</u>
Despesas com vendas, gerais e administrativas	24	(6.956)	(52.457)	(8.231)	(56.257)
Provisão para perdas de crédito esperadas	7	(1.283)	(2.848)	(1.283)	(2.740)
Resultado de equivalência patrimonial em participações societária		(263)	(6.620)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>1.050</u>	<u>1.526</u>	<u>1.050</u>	<u>1.617</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>4.184</u>	<u>5.680</u>	<u>4.252</u>	<u>6.083</u>
Receitas financeiras	25	8.038	6.165	8.076	6.575
Despesas financeiras	25	<u>(6.541)</u>	<u>(7.690)</u>	<u>(6.656)</u>	<u>(8.584)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>1.497</u>	<u>(1.525)</u>	<u>1.420</u>	<u>(2.009)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>5.681</u>	<u>4.155</u>	<u>5.672</u>	<u>4.074</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	(2.991)	(6.836)	(3.161)	(6.836)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	906	2.599	906	2.680
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		<u>3.596</u>	<u>(82)</u>	<u>3.417</u>	<u>(82)</u>
Atribuível aos acionistas controladores		3.596	-	3.596	(82)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(179)	-
Lucro líquido / (prejuízo) básico e diluído por ação	22	0,02	(0,005)	0,02	(0,005)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

SOLARIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	3.596	(82)	3.417	(82)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	3.596	(82)	3.417	(82)
Resultado abrangente total atribuído aos:				
Acionistas controladores	-	-	3.596	-
Acionistas não controladores	-	-	(179)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

SOLARIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social subscrito	Reserva de capital Ágio	Reservas de lucros Reserva Legal	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Atribuível aos acionistas Controladores	Participação dos acionistas não Controladores	Total Consolidado/Controladora
Em 31 de dezembro de 2019	238.844	69.337	-	(21.900)	286.281	29	286.310
Redução de capital social	(105.496)	-	-	-	(105.496)	-	(105.496)
Transação entre sócios	-	-	-	-	-	(29)	(29)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(82)	(82)	-	(82)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>133.348</u>	<u>69.337</u>	<u>-</u>	<u>(21.982)</u>	<u>180.703</u>	<u>-</u>	<u>180.703</u>
Redução de capital social	(15.696)	-	-	-	(15.696)	2.231	(13.465)
Lucro do exercício	-	-	-	3.596	3.596	-	3.596
Constituição de reservas	-	-	180	(180)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	<u>117.652</u>	<u>69.337</u>	<u>180</u>	<u>(18.566)</u>	<u>168.603</u>	<u>2.231</u>	<u>170.834</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

SOLARIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		3.596	(82)	3.417	(82)
Ajustes:					
Depreciação e amortização		4.182	25.892	4.614	27.735
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(906)	(2.599)	(906)	(2.680)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(787)	1.324	(787)	1.198
Juros sobre arrendamentos		319	2.056	319	2.056
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados		629	2.328	652	2.598
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas		555	(1.070)	555	(1.064)
Provisão para perdas de crédito esperadas		1.283	2.848	1.283	2.740
Reversão para estoques de giro lento		(22)	(4.905)	(22)	(3.643)
Provisão (reversão) para participação nos resultados		(1.002)	804	(1.002)	841
Resultado de equivalência patrimonial em participações societária		263	6.620	-	-
Outros		6	(946)	375	(925)
(Aumento) /redução dos ativos e aumento/ (redução) dos passivos:					
Contas a receber		9.444	28.749	9.019	30.676
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação		(93)	(89)	(93)	(89)
Estoques		(1.065)	1.791	693	1.983
Tributos a recuperar		(519)	902	(526)	640
Depósitos judiciais		(889)	46	(889)	48
IRPJ e CSLL a compensar		(483)	(45)	(482)	(409)
Outros ativos		794	288	763	334
Fornecedores		(4.304)	877	(4.461)	4.909
Salários e encargos sociais		(348)	(5.688)	(300)	(5.842)
Participação nos resultados		(180)	(2.725)	(180)	(2.725)
Tributos a pagar		3.115	4.163	3.275	3.984
Outros passivos		(160)	(160)	(160)	(160)
Processos judiciais liquidados		(568)	(173)	(568)	(239)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.623)	(5.682)	(2.716)	(5.682)
Juros pagos		(1.496)	(2.140)	(1.590)	(2.140)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		<u>8.741</u>	<u>52.384</u>	<u>10.283</u>	<u>54.062</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:					
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível		-	(211)	-	(211)
Aquisição de controladas		(5.100)	-	(5.100)	-
Aquisição de caixa decorrente de aquisição/incorporação de controlada		<u>63</u>	<u>2.103</u>	<u>63</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		<u>(5.037)</u>	<u>1.892</u>	<u>(5.037)</u>	<u>(211)</u>

SOLARIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Captação de empréstimos	-	-	61	-
Amortização de empréstimos e debêntures	(22.275)	(8.103)	(22.512)	(8.103)
Arrendamentos pagos	(893)	(3.951)	(893)	(4.090)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(23.168)	(12.054)	(23.344)	(12.193)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(19.464)	42.222	(19.452)	41.658
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	92.912	50.690	92.912	51.254
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	73.448	92.912	73.460	92.912
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(19.464)	42.222	(19.452)	41.658

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

SOLARIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Solaris Equipamentos e Serviços S.A. (“Companhia” ou “Solaris Equipamentos”) foi constituída em 5 de dezembro de 1996, com sua sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, e tem como objetivo: (a) a comercialização, o aluguel e a distribuição de plataformas aéreas de trabalho, manipuladores telescópicos, geradores, equipamento de movimentação de terra, torre de iluminação, compressores de ar e outros equipamentos, peças de reposição e componentes; e (b) a prestação serviços de assistência técnica e manutenção.

1.1. Impactos COVID-19

Desde o início da pandemia em 2020, a Companhia implementou diversas ações para preservar uma posição financeira sólida, com disciplina de capital, redução de despesas e manutenção de lucratividade e geração de caixa, visando combater os impactos econômico-financeiros da pandemia e melhorar o posicionamento da Solaris(dentro do planejamento estratégico do Grupo Mills) quando da retomada do crescimento. A Administração entende que o ponto de inflexão foi atingido no mês de maio de 2020, apresentando, a partir de meados de junho, recuperação e retornando ao patamar pré-crise das atividades de locação em dezembro de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não percebeu impactos relevantes no seu desempenho econômico-financeiro devido à pandemia. Evidentemente, as ações para enfrentamento da crise, especialmente no cuidado com os colaboradores, foram mantidas, como segue (não exaustivo):

- Manutenção de 100% do grupo corporativo em home office;
- Reforço na prevenção por meio de vídeos e demais processos de comunicação;
- Divulgação e aplicação de política de consequências.

1.2. Reorganização Societária

Dentro do planejamento estratégico do controlador Mills S.A., a diretoria da Companhia nos últimos anos vem procedendo alterações nos modelos de negócios de sua atuação que culminaram na incorporação da controlada Sullair do Brasil Ltda no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e em aquisições de novos negócios tal como a Nest Locacao e Revenda de Maquinas Ltda. Maiores detalhes abaixo desses movimentos de reorganização societárias efetuados no ano corrente e no comparativo.

Incorporação da controlada Sullair no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 23 de novembro de 2020, a Companhia celebrou com os antigos sócios da Sullair do Brasil Ltda (Sullair), cuja atividade principal é a comercialização, locação, arrendamento, importação, exportação e representação de equipamentos de ar comprimido e produtos correlatos, bem como seus componentes, peças e acessórios, Contrato de Compra e Venda de Quotas, para aquisição de participação minoritária, o que permitiu se tornar a detentora da totalidade das quotas de capital da Sullair.

Diante do fato de que passou a ser a sua única sócia, a Companhia decidiu pela reestruturação societária por meio da incorporação da Sullair, visando a (i) simplificar sua estrutura societária; (ii) otimizar processos comerciais, operacionais, financeiros, contábeis e fiscais; e (iii) reduzir despesas.

Para a avaliação do patrimônio líquido da Sullair, foi contratada a empresa especializada APSIS Consultoria e Avaliações Ltda, que emitiu o laudo contábil para esse fim.

O patrimônio líquido da Sullair, vertido em sua totalidade para a Companhia, encontra-se integralmente refletido nos registros contábeis da Companhia, por equivalência patrimonial, e foi avaliado por seu valor contábil, levando em conta os valores expressos no balanço patrimonial da Sullair, levantado na data-base de 31 de outubro de 2020 e elaborado de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária vigente. Nos termos do Laudo de Avaliação o patrimônio líquido da Sullair naquela data era de R\$ 14.169.867,99 (quatorze milhões, cento e sessenta e nove reais, oitocentos e sessenta e sete reais e noventa e nove centavos).

As variações patrimoniais da Sullair até a data da incorporação, ocorrida em 30 de dezembro de 2020, foram apropriadas pela Companhia e refletidas diretamente em suas demonstrações financeiras.

Aquisição da Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda.

Em 28 de abril de 2021, a Companhia celebrou um contrato de investimento, compra e venda de cotas e outras avenças para adquirir 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda (“Nest Rental”). O pagamento foi realizado em 30 de abril de 2021, conforme previsto em contrato.

A Nest Rental foi fundada em 2018 e atua no segmento de Locação de Plataformas Low Level Access (até 6 metros de altura), oferecendo equipamentos compactos, leves, fáceis de transportar, de manutenção simples e que substituem escadas com maior segurança e produtividade, apresentando, assim, grande capacidade de se tornar cada vez mais presente no dia a dia de pessoas e empresas. A Nest Rental possui exclusividade da JLG no fornecimento desses equipamentos no Brasil e tem um modelo de negócio que pode ser acelerado pela web, além de vendas on-line e estações de compartilhamento para locação dos equipamentos, o que demonstra a vocação da Nest Rental para inovação no setor. Dessa forma, além de aumentar o foco nessa família de equipamentos, a Solaris também busca com a operação fortalecer as iniciativas relacionadas à transformação digital, tendo a Nest Rental como uma alavanca de inovação, por meio da qual fomentará a evolução de processos, de soluções automatizadas e a implementação de novas facilidades para os clientes, visando melhorar cada vez mais a sua experiência na locação.

a) Contraprestação transferida

A Solaris adquiriu 616.350 (seiscentas e dezesseis mil trezentos e cinquenta) cotas representativas do capital da Nest Rental com tudo o que tais cotas representam livres e desembaraçadas de qualquer ônus, pelo montante de R\$2.100 (dois milhões e cem mil reais), conforme acordo de investimento celebrado entre as partes. De forma concomitante, os sócios decidem fazer aporte de R\$3.000 (três milhões de reais), sendo:

- (i) R\$880,5 (oitocentos e oitenta mil e quinhentos reais) a título de aumento de capital social que passou de R\$2.054 (dois milhões cinquenta e quatro mil e quinhentos reais) para R\$2.935 (dois milhões novecentos e trinta e cinco mil reais), mediante a emissão de 880.500 (oitocentas e oitenta mil e quinhentas) cotas, livres e desembaraçadas de qualquer ônus, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas pela Solaris.
- (ii) R\$2.119 (dois milhões cento e dezenove mil e quinhentos) a título de ágio na emissão de cotas, com o subsequente aumento de capital para capitalização da reserva, e consequente emissão de 2.119.500 (dois milhões cento e dezenove mil e quinhentas) novas cotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, passando de R\$2.935 (dois milhões novecentos e trinta e cinco mil reais), dividido em 2.935.000 (dois milhões novecentos e trinta e cinco mil) cotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, para R\$5.054 (cinco milhões e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais), dividido em 5.054.500 (cinco milhões e cinquenta e quatro mil e quinhentas) cotas com valor nominal de R\$1,00 cada.

Essas novas cotas foram totalmente subscritas e integralizadas, sendo distribuídas na seguinte proporção:

Quotista	Cotas	Valor (R\$ mil)	%
Solaris Equipamentos e Serviços S.A.	2.577.796	2.578	51,0%
Paulo Eduardo Martins Esteves	1.238.352	1.238	24,5%
MAC Empresarial Ltda.	1.238.352	1.238	24,5%
Total	5.054.500	5.054	100%

b) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Com isso, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da Nest Rental foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro de alocação do preço pago, emitido por empresa de avaliação independente.

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Nest Rental:

Ativo	Valor contábil na data da aquisição	Ajustes	Valor justo
<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	139	-	139
Contas a receber	282	-	282
Estoques	229	-	229
Impostos a recuperar	2	-	2
Outros ativos	12	-	12
<u>Não circulante</u>			
Imobilizado	2.535	950	3.485
Intangível	-	148	148
Valor dos ativos adquiridos	3.199	1.098	4.297

<u>Passivo</u>	<u>Valor contábil na data da aquisição</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Circulante</u>			
Fornecedores	343	-	343
Empréstimos e financiamentos	410	-	410
Impostos a pagar	17	-	17
Salários, benefícios e encargos sociais a pagar	2	-	2
Outras passivos	29	-	29
<u>Não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	439	-	439
Valor dos passivos assumidos	<u>1.240</u>	<u>-</u>	<u>1.240</u>
Valor líquido dos ativos adquiridos	<u>1.959</u>	<u>1.098</u>	<u>3.057</u>
Distribuição do valor justo dos ativos adquiridos:			
Total			<u>51%</u>
Valor contábil dos ativos líquidos	1.959	-	999
Aumento de Capital	880	-	449
Ágio na emissão de cotas	<u>2.120</u>	<u>-</u>	<u>1.081</u>
Valor contábil dos ativos líquidos após aumento de capital	<u>4.959</u>	<u>-</u>	<u>2.529</u>
Mais-valia do ativo imobilizado (i)	950	-	485
Mais-valia do ativo intangível (ii)	148	-	75
Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")	-	-	2.011
Contraprestação transferida	-	-	(5.100)

- (i) O laudo de avaliação dos ativos líquidos da Nest Rental, emitido por empresa de avaliação independente, detalhou um ajuste a valor justo no montante de R\$950 no imobilizado, sendo R\$485 proporcional a participação da Solaris de 51%, relacionado à mais-valia de máquinas e equipamentos. Essa mais-valia dos ativos líquidos adquiridos deve-se a idade operacional e o valor residual dos bens. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como imobilizado (vide nota explicativa nº 11).

- (ii) O laudo de avaliação dos ativos líquidos da Nest Rental, emitido por empresa de avaliação independente, também detalhou um ajuste a valor justo no montante de R\$148, sendo R\$75 proporcional a participação da Solaris de 51%, relacionado à mais-valia de carteira de clientes. Essa mais-valia dos ativos líquidos adquiridos deve-se a carteira de clientes de, aproximadamente 145 empresas. Esse relacionamento foi considerado um intangível na data base do laudo, uma vez que é estável e recorrente, enquadrando-se na definição de carteira de cliente. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como intangível (vide nota explicativa nº 12).

c) Mensuração do valor justo

A contabilização inicial da aquisição foi apurada no trimestre findo em 30 de junho de 2021 com base na melhor estimativa da Companhia, considerando premissas e metodologia apropriadas para alocação do preço de compra. Essa contabilização considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia, e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1).

A técnica de avaliação utilizada para mensurar o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos foi a seguinte:

Ativos adquiridos	Método de avaliação
Carteira de clientes	Para calcular o valor do intangível da carteira de clientes, foi utilizada a metodologia MPEEM, com a identificação dos ativos contribuintes e as taxas apropriadas de remuneração econômica destes ativos. O MPEEM objetiva isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitos débitos contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, e o lucro excedente é alocado ao ativo intangível em avaliação. O lucro atribuído a cada carteira de clientes (lucro líquido menos os diversos retornos) foi trazido a valor presente a taxa de 17,5% e os valores resultantes foram somados.
Máquinas e equipamentos	Para a avaliação foram utilizadas as planilhas fornecidas pela adquirente, das quais foram coletados marca, modelo, número de série, ano de fabricação e capacidade. O valor de reposição e o valor justo desses bens foram determinados a partir de pesquisas de mercado e cotações junto a fornecedores do seguimento. Para identificação da depreciação, além das características observadas, também foram consideradas vida útil, a vida transcorrida, valores residuais, estado de conservação e a obsolescência do bem.

1.3. Amortização de Ágio na apuração de IRPJ e CSLL (auto de infração)

As Autoridades Fiscais notificaram a Companhia, em 1º de setembro de 2021, por meio de decisão da impugnação apresentada ao auto de infração referente ao processo administrativo nº 11274.720224/2020-90, a exigência do recolhimento de IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de ofício (75%), multa isolada (50%), por ausência de recolhimento de estimativas, e juros de mora, no valor total de R\$5.886 mil (valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 6.045).

De acordo com a tese sustentada pelas Autoridades Fiscais, a Companhia não poderia ter excluído, na apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, dos anos de 2015 a 2018, as parcelas relativas ao ágio originado da aquisição de suas ações pela SCG IIIA Holding Ltda. A Companhia apresentou tempestivamente, em 1º de outubro de 2021, por meio de seus advogados, recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), para combater ao referido auto de infração, contestando todas as alegações sobre os supostos tributos exigíveis. A classificação de risco foi considerada pelos advogados como possível. O período de 2019 não foi incluído na apuração dos supostos tributos exigíveis, e considerando a hipótese de haver interpretação semelhante à atual com lavratura de novo auto de infração por parte das Autoridades Fiscais, ainda haveria um risco potencial de aproximadamente R\$773 mil, atualizado até 31 de dezembro de 2021.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

(i) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou a capacidade de continuar operando normalmente, concluindo que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não tendo conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua continuidade operacional.

As informações contábeis contidas nessas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2022.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis exigidas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas explicativas nº 2 e 3.

2.3. Base de consolidação

Em 2020, com a incorporação da Solaris com a Sullair, as demonstrações financeiras passaram a ser divulgadas conforme destacado na nota explicativa 1.2. Nesse contexto, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 da Companhia e consolidado refletem apenas os saldos contábeis da Solaris Equipamentos naquela data. Essas demonstrações financeiras comparativas devem ser analisadas pelos usuários nesse contexto operacional.

As demonstrações consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de sua controlada Nest, utilizando-se a mesma data base e as mesmas práticas contábeis entre a controladora e essa controlada.

O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

a) Investimentos em Companhias contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

O investimento da Companhia em entidade contabilizado pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em empresa controlada. Em 31 de dezembro de 2021 a controlada adquirida Nest conforme detalhado na nota explicativa 1 (em 31 de dezembro de 2020 a Sullair foi incorporada pela Solaris Equipamentos e esse procedimento contábil deixou de ser aplicável).

A seguir são apresentados os detalhes da controlada da Companhia no encerramento do período:

Nome da controlada	Principal atividade	Controle	Participação - %	
			31/12/2021	31/12/2020
Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda	Locação de Plataformas Low Level Access (até 6 metros de altura)	Direto	51%	-

No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações principais:

- (i) Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas.
- (ii) Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas.
- (iii) Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre empresas consolidadas a partir da data da aquisição de empresas controladas e até a data de alienação ou incorporação societária tal como ocorrido no caso da controlada Sullair.

2.4. Principais políticas contábeis

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(ii) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

b. Custo amortizado

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais

c. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

a. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

(iii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou as vendas de mercadorias pela Companhia.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda e prestação de serviços, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para perdas com créditos esperadas). A provisão para perdas com créditos esperadas é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber.

A provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) sobre os recebíveis comerciais, é feita por meio da matriz de provisão, onde são utilizadas as taxas de inadimplência históricas sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber. Foi identificado que os recebíveis comerciais da Companhia possuem características comuns de risco num mesmo segmento de negócio.

Nessa abordagem foram definidas os principais conceitos utilizados no cálculo da provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) da Companhia:

- Definição dos agings;
- Cálculo da velocidade da rolagem em cada um dos agings (rolagem) dos últimos 6 meses;
- Cálculo do percentual da rolagem em cada um dos agings (rolagem) dos últimos 6 meses;
- O cálculo da PCE será o resultado da inadimplência média histórica dos últimos 6 meses aplicado aos saldos do contas a receber em cada um dos agings da Companhia;
- A média da inadimplência dos últimos 6 meses é ajustada mensalmente por meio da nova média móvel histórica aplicada aos novos agings;
- É considerado no cálculo todo o aging de faturas emitidas que estejam em aberto. Provisões de receita oriundas de boletins de medição em aprovação, não são consideradas no cálculo, por não se tratar ainda de faturamento efetivo;
- Os títulos vencidos acima de 360 dias e os títulos incluídos em Negociações de Dívida ou em Recuperação Judicial são considerados como 100% em PCE.

(iv) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

Mensalmente, é feita a apuração e a contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

(v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras, que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Periodicamente a Administração avalia posições tomadas em relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício findo em 31 de dezembro e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A companhia não identificou a necessidade de se registrar provisões para valores não recuperados ou reverter o saldo de impostos diferidos ativos.

(vi) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (nota explicativa 21).

(vii) Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional

Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas da Companhia, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem.

O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento dessas instalações.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na nota explicativa 11, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(viii) Intangíveis

Programas de computador (Software)

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados aos desenvolvimentos desses softwares são capitalizados e os referentes à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de dez anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(ix) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional, quando aplicável.

(x) Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de ágio reconhecível na respectiva unidade geradora de caixa. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente (exceto para aquelas relacionadas a ágios em combinação de negócios os quais não são revertidas), ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(xi) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xii) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (nota explicativa 21). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado.

(xiii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e os tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

(xiv) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(xv) Capital social

O capital social da Companhia é composto de ações ordinárias e sem valor nominal.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(xvi) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

(xvii) Reconhecimento de receitas

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços e venda de mercadorias quando transfere o controle sobre os bens ou serviços ao cliente e quando é provável que venha a receber a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bens ou serviços (ou grupo de bens ou serviços) que sejam distintos, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A receita de locação é reconhecida pro rata temporis no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu fair value quando aplicável. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, vendas de seminovos e recuperações de despesa.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Receitas de prestação de serviços e vendas de bens são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

(xviii) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não tem instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeitos diluidores.

2.5. Normas vigentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2021.

O CPC emitiu atualização das normas com adoção obrigatória para exercícios findos a partir em 31 de dezembro de 2021, a saber:

- (i) Alterações à CPC 11, CPC 40(R1), CPC 48, CPC 06(R2) e CPC 38 - Fase 2 (Adoção obrigatória para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021)

Em agosto de 2020, o CPC emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência, e como resultado da Fase 2:

Modificação de ativo ou passivo financeiro - CPC 48

Quando as condições contratuais dos empréstimos bancários são alteradas como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base imediatamente anterior à mudança, a Companhia deve mudar a base para determinar os fluxos de caixa contratuais, de forma prospectiva, por meio da revisão da taxa de juros efetiva. Se forem feitas alterações adicionais, que não estão diretamente relacionadas

com a reforma, os requisitos aplicáveis da CPC 48 são aplicados às outras alterações.

Modificação do arrendamento - CPC 06(R2)

Quando um arrendamento é modificado como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os pagamentos do arrendamento é economicamente equivalente a base anterior, a Companhia deve remensurar o passivo do arrendamento para refletir os pagamentos do arrendamento descontados usando uma taxa de desconto revisada que reflita a mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais.

Concessões adicionais para relações de hedge - CPC 38

Quando são feitas alterações nos instrumentos de hedge, o objeto de hedge e riscos cobertos, como resultado da Reforma da Taxa de Juros de Referência, a documentação de hedge deve ser atualizada sem descontinuar a relação de hedge. Em caso de hedge de fluxo de caixa, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa são avaliados com base na taxa de referência alternativa adotada no qual o fluxo de caixa coberto será determinado.

Para as relações de hedge, cujo o componente de taxa de referência não é determinado contratualmente, na transição para uma taxa de referência alternativa, se o risco não for separadamente identificável na data de designação, este será considerado como tendo cumprido a exigência de “identificável separadamente” naquela data se, e somente se, a Companhia espera razoavelmente que o componente específico da taxa de juros será separadamente identificável em um período de 24 meses a partir da data na qual a taxa de referência alternativa é designada pela primeira vez. O período de 24 meses é aplicável em base individual, ou seja, para cada relação de hedge.

- (II) Alterações à CPC 06 (R2) - Impacto da aplicação inicial da Alteração ao CPC 06 (R2) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021)

Em maio de 2020, o CPC emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações ao CPC 06 R2) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento.

O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando ao CPC 06(R2) como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento, considerando pagamentos devidos em ou anterior a 30 de junho de 2021. Devido à natureza contínua dos impactos da pandemia do COVID-19, em março de 2021 o IASB emitiu alteração ao expediente prático, o qual estendeu a sua aplicabilidade para os referidos pagamentos originalmente devidos em ou anterior a 30 de junho de 2022.

O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;

- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

Não identificamos impactos na Companhia em função dessas novas normas vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.6. Normas revisadas não obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

A seguir são apresentados os principais pronunciamentos revisados, ainda não obrigatórios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

- (i) Alterações ao CPC 15(R1) - Referência à Estrutura Conceitual (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022)

As alterações atualizam o CPC 15(R1) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018. Elas também incluem no CPC 15(R1) a exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25, o comprador aplica o CPC 25 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19 – Tributos, o comprador aplica o ICPC 19 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

A adoção antecipada é permitida se a Companhia também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes.

- (ii) Alterações ao CPC 25 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

As alterações especificam que o “custo de cumprimento” do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a Companhia ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a Companhia aplica as alterações pela primeira vez.

- (iii) Alterações ao CPC 27 – Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Conseqüentemente, a Companhia

reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A Companhia deve mensurar o custo desses itens de acordo com o CPC 16(R1) - Estoques.

- (iv) Alteração ao CPC 27(R1) e CPC 43 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada)

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture .

- (v) Alteração ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada)

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de “10%” para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a Companhia inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a Companhia (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela Companhia ou credor em nome da outra parte.

- (vi) Alterações ao CPC 23 – Definição de estimativas contábeis (aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023)

A alteração substitui a definição de uma mudança de estimativa contábil por uma definição de estimativa contábil. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”.

A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro;
- Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores.

- (vii) Alterações ao CPC 26(R1) – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)

As alterações ao CPC 26(R1) afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

Alterações ao CPC 26(R1)– Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de

políticas contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)

As alterações alteram os requisitos do (CPC 26(R1) no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma Companhia, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a Companhia divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas.

- (viii) Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação (“single transaction”). (aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023)

As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

- (ix) Alterações ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (A data de vigência das alterações ainda não foi definida; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.)

As alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.

Com base em seu julgamento e análise, não foram identificados potenciais impactos materiais na Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro 2022 e no futuro.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir:

3.1. Impostos diferidos ativos / passivos tributáveis

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e na despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido pelo valor do imposto que será cobrado de acordo com o lucro recuperável no futuro. Este, corresponde às diferenças temporárias dedutíveis e aborda também a compensação futura dos prejuízos e créditos fiscais que não tiverem sido utilizados.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido em 31 de dezembro, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, considerando estratégias de planejamento fiscal futuras envolvendo reorganizações societárias e com base em plano futuro de negócios aprovados pelos órgãos de governança da Companhia que considera premissas operacionais e macro econômicas em sua elaboração.

3.2. Valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros, tais como stock option, títulos e valores mobiliários e instrumentos de hedge (esses quando aplicáveis), apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para mensurar o valor justo.

Esse julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 2.4 (ii) oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

3.3. Provisões para perdas de créditos esperadas

A Companhia reconhece provisão para perdas com créditos esperadas para todos os seus contas a receber que atendam aos critérios detalhados na nota explicativa 2.4 (iii). A avaliação da necessidade de Constituição dessa provisão inclui a análise de evidências disponíveis quanto à capacidade de pagamento dos seus clientes, inclusive de forma a permitir a classificação de alguns como preferenciais e embasar o encaminhamento de outros para cobrança jurídica. Julgamento significativo da Administração é requerido na classificação de seus clientes, na definição dos critérios aplicados e na avaliação da acurácia na mensuração da provisão a ser constituída.

3.4. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (contingências)

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente e conforme descrito na nota explicativa 11, não identificou alterações no prazo de vida útil de alguns equipamentos no exercício de 2021.

3.6. Reconhecimento de receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras. Essas são registradas considerando essa estimativa quando não faturadas.

As premissas contábeis significativas referentes combinação de negócios e provisão pela não rotatividade dos estoque estão descritas nestas demonstrações financeiras conforme notas explicativas 1.2 e 2.4 letras (iv) respectivamente.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia tem a previsão de utilizar instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A Diretoria Financeira estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em Reais.

(ii) Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e hedge. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Abaixo, análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros .

(iii) Análise de sensibilidade

Segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos para a Companhia, com cenário mais provável segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses da data de fechamento de 31 de dezembro de 2021 (fechamento de 31 de dezembro de 2022).

Aplicações Financeiras	Indicador	Controladora	
		Contábil	Provável
Aplicações financeiras	CDI	73.389	9.540
Dívida	Indicador	Contábil	Provável
1ª emissão de debêntures	CDI	3.945	710
Aplicações Financeiras	Indicador	Consolidado	
Aplicações financeiras		CDI	73.400
Dívida	Indicador	Contábil	Provável
1ª emissão de debêntures – Solaris Equipamentos	CDI	3.945	710
Empréstimos	PRE	989	158
		<u>4.934</u>	<u>868</u>

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação as taxas de juros de seus principais ativos e passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2021.

Referências	<u>31/12/2021</u> Provável
CDI ativo (%) (i)	13,00%
CDI passivo (%)	13,00%

- i. Como relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável para seus instrumentos financeiros uma taxa de 13,00% a.a., informação extraída do relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 13 de abril de 2022, para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2022 considerando aumento na taxa CDI em linha com aumentos esperados da taxa Selic, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários, de acordo com o cenário de deterioração.

4.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações em bancos e instituições financeiras.

(i) Contas a receber

A Companhia fatura periodicamente os valores por locações e vendas devidos por seus clientes, por prazos que variam, normalmente, de 30 a 60 dias. Dessa forma, está sujeita ao risco de inadimplência em relação ao contas a receber. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando entende que há risco de não recebimento dos valores devidos conforme o modelo de perda esperada definida pelo CPC 48.

A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela Gerência Administrativa da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e, para tal, são analisados individualmente cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA) e (iv) pendências e protestos no Serasa.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas.

A Companhia tem como prática utilizar instituições financeiras de grande porte, que estejam entre os principais bancos com maiores ativos do Brasil. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(iii) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Banco (i)	59	29	60	29
Aplicações financeiras				
Banco (i)	73.389	92.883	73.400	92.883
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>73.448</u>	<u>92.912</u>	<u>73.460</u>	<u>92.912</u>

(i) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os principais bancos com maiores ativos totais do Brasil.

4.4. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Controladora
Em 31 de dezembro de 2021							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	2.012	1.987	-	-	-	3.999
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	36	72	326	436	72	942
Contas a pagar a terceiros	-	5.143	50	151	74	1.142	6.560
Contas a pagar – partes relacionadas	-	826	-	-	-	-	826
Em 31 de dezembro de 2020							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.129	2.757	-	4.886
Debêntures	-	-	-	18.661	3.661	-	22.322
Contas a pagar a terceiros	-	-	-	6.642	-	-	6.642
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	-	6.410	-	-	6.410
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	-	-	715	-	-	715

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021							
Empréstimos e financiamentos	-	432	105	209	152	91	989
Debêntures	-	2.012	1.987	-	-	-	3.999
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	36	72	326	436	72	942
Contas a pagar a terceiros	18	5.189	82	317	77	1.142	6.825
Contas a pagar – partes relacionadas	-	826	-	-	-	-	826
Em 31 de dezembro de 2020							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.129	2.757	-	4.886
Debêntures	-	-	-	18.661	3.661	-	22.322
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	-	-	715	-	-	715
Contas a pagar a terceiros	-	-	-	6.642	-	-	6.642
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	-	6.410	-	-	6.410

5. GESTÃO DE CAPITAL

O objetivo de gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia em sua gestão de capital permanece inalterada em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Visando a manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o Fluxo de Caixa Operacional acumulado nos últimos 12 meses da data de fechamento de 31 de dezembro.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dívida bancária total	3.945	26.178	4.934	26.178
Empréstimos e Financiamentos	-	4.547	989	4.547
Debêntures bruta (nota explicativa nº15)	3.945	21.631	3.945	21.631
Caixa e equivalentes de caixa	73.448	92.912	73.460	92.912
Endividamento líquido (caixa líquido positivo)	<u>(69.503)</u>	<u>(66.734)</u>	<u>(68.526)</u>	<u>(66.734)</u>
Patrimônio líquido	168.603	180.703	170.834	180.703
Índice de endividamento líquido (caixa líquido positivo) em relação ao				
Patrimônio líquido	<u>(0,41)</u>	<u>(0,37)</u>	<u>(0,40)</u>	<u>(0,37)</u>

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o seu capital social.

Linhas de créditos disponíveis

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Utilizadas	989	-
Não utilizadas	-	-
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:		
Utilizadas	989	-
Não utilizadas	-	-

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	59	29	60	29
Aplicações financeiras	<u>73.389</u>	<u>92.883</u>	<u>73.400</u>	<u>92.883</u>
	<u>73.448</u>	<u>92.912</u>	<u>73.460</u>	<u>92.912</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras referem-se certificados de depósitos bancários - CDB remuneradas pela taxa média de 99,66% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,94%, em 31 de dezembro de 2020).

7. CONTAS A RECEBER DE TERCEIROS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber de terceiros (bruto)	25.386	40.808	26.021	40.808
Provisões para perdas de créditos esperadas (PCE)	<u>(19.090)</u>	<u>(22.910)</u>	<u>(19.090)</u>	<u>(22.910)</u>
	<u>6.296</u>	<u>17.898</u>	<u>6.931</u>	<u>17.898</u>

A análise de vencimentos do contas a receber de terceiros (bruto) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	4.026	13.850	4.318	13.850
Vencidos até 90 dias	1.436	2.153	1.684	2.153
Vencidos de 91 a 179 dias	608	1.274	703	1.274
Vencidos de 180 a 359 dias	2.493	4.340	2.493	4.340
Vencidos acima de 360 dias	16.823	19.191	16.823	19.191
	<u>25.386</u>	<u>40.808</u>	<u>26.021</u>	<u>40.808</u>

A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

As movimentações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, na provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(22.910)	(24.428)	(22.910)	(25.936)
Baixas	5.103	5.208	5.103	5.766
Impacto líquido de PCE no resultado	(1.283)	(2.848)	(1.283)	(2.740)
Saldo no fim do exercício	<u>(19.090)</u>	<u>(22.068)</u>	<u>(19.090)</u>	<u>(22.910)</u>

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Máquinas para revenda	-	69	-	69
Peças de reposição	7.311	7.531	7.311	7.531
Provisão para estoque de giro lento (*)	(3.090)	(3.112)	(3.090)	(3.112)
	<u>4.221</u>	<u>4.488</u>	<u>4.221</u>	<u>4.488</u>

* Itens dos estoques sem movimentação há mais de um ano.

	Controladora e Consolidado
Provisão para estoques de giro lento	
Saldos em 31/12/2020	(3.112)
Provisão	(59)
Reversão	81
Saldos em 31/12/2021	<u>(3.090)</u>

Os estoques de peças de reposição destinam-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo seu custo médio.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Descrição	Controladora			Consolidado	
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	31/12/2021
Arrendamento financeiro	(5.868)	4.435	-	(1.433)	(1.433)
Depreciação acelerada	(369)	-	(71)	(440)	(440)
Ágio SGC III	2.424	-	(1.442)	982	982
Ajuste PCE adoção inicial CPC 48	631	-	-	631	631
Arrendamento	26	350	(276)	100	100
Outras provisões	941	222	(806)	357	357
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	75.390	-	(1.307)	74.083	74.083
Provisão de participação nos resultados	293	-	(360)	(67)	(67)
Provisão estoque giro lento	1.059	-	(8)	1.051	1.051
Provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber	2.169	436	-	2.605	2.605
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.794	56	(324)	1.526	1.526
IR/CS Diferido Passivo - NEST	-	-	(164)	(164)	(164)
	<u>78.490</u>	<u>5.499</u>	<u>(4.758)</u>	<u>79.231</u>	<u>79.231</u>

Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	Fundamentos para realização
Arrendamento financeiro	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Provisão para estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Provisões de participação nos resultados	Pelo pagamento
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Pela realização Fiscal da perda ou encerramento do processo
Prejuízo fiscais e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros
Ágios	Pela alienação/impairment do ativo

Para a data base de 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não tiveram mudanças relevantes quanto às expectativas de lucratividade futura para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporárias, em prazo inferior a dez anos. A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e concluiu que existem evidências suficientes de que haverá disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporárias, em prazo inferior a dez anos, conforme premissas utilizadas na avaliação dos testes de impairment descrito na nota explicativa 11.

Com base na estimativa de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia, a recuperação projetada do saldo dos impostos diferidos é a seguinte:

IR e CSLL diferidos ativos	Controladora e Consolidado
2022	1.309
2023	3.018
2024	5.018
2025 e 2026	16.144
2027 a 2028	23.962
2029 a 2030	29.780
Total	79.231

10. INVESTIMENTOS

NEST LOCAÇÃO E REVENDA DE MÁQUINAS LTDA.

A Nest é uma sociedade limitada, controlada pela Solaris Equipamentos, avaliada pelo método da equivalência patrimonial, e tendo como objeto social o comércio de máquinas e equipamentos para uso doméstico e profissional; locação de máquinas e equipamentos para uso doméstico e profissional; manutenção de máquinas e equipamentos; e treinamento e desenvolvimento profissional, em manutenção de máquinas e equipamentos próprios.

Informações da controlada	Nest 31/12/2021
Participação Solaris - %	51%
Ativo circulante	693
Ativo não circulante	5.252
Passivo circulante	1.186
Passivo não circulante	206
Patrimônio líquido	4.553
Receitas líquidas	1.850
Custos e despesas	(2.046)
Resultado antes dos impostos	(196)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(170)
Resultado do período desde a data de aquisição	(366)

Movimento dos investimentos em controladas	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Aquisição de participação de controle em controlada	2.509
Ágio (goodwill)	2.032
Mais valia de imobilizado e intangível	560
Amortização e depreciação de mais valia de imobilizado e intangível	(77)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquido sobre mais valia	164
Resultado do período desde a data de aquisição	<u>(187)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>5.001</u>

Desde a data da aquisição (28 de abril de 2021), a Nest Rental contribuiu para a Companhia com receitas líquidas de R\$ 943 e prejuízo líquido de R\$ 187 para as demonstrações financeiras consolidadas. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as receitas líquidas totalizariam R\$1.211 e o prejuízo das operações seria de R\$132.

11. IMOBILIZADO

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Custo do imobilizado bruto												
Saldos em 31 de dezembro de 2019	381.670	6.322	387.992	6.724	2.405	458	602	2.882	7.954	3.218	24.243	412.235
Aquisição	1.402	202	1.604	82	-	-	-	83	-	-	165	1.769
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	(285)	(1.257)	(1.542)	(1.542)
Baixa/alienação (*)	(320.571)	(117)	(320.688)	(5.718)	(1.911)	(458)	(597)	(2.914)	-	-	(11.598)	(332.286)
Ajuste para crédito de PIS e COFINS	1.305	(517)	788	-	-	-	-	-	-	-	-	788
Transferência	5.778	(5.778)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação Sullair	25.550	-	25.550	193	87	438	-	127	-	257	1.102	26.652
Saldos em 31 de dezembro de 2020	95.134	112	95.246	1.281	581	438	5	178	7.669	2.218	12.370	107.616
Aquisição	155	-	155	-	-	-	-	4	-	-	4	159
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	1.138	-	1.138	1.138
Baixa/alienação (*)	(67.666)	-	(67.666)	(1.088)	(495)	(27)	(4)	(51)	-	-	(1.665)	(69.331)
Transferência	-	(112)	(112)	-	-	-	-	112	-	-	112	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	27.623	-	27.623	193	86	411	1	243	8.807	2.218	11.959	39.582
Resumo imobilizado líquido												
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(258.539)	-	(258.539)	(4.752)	(1.489)	(458)	(365)	(2.114)	(4.335)	(1.219)	(14.732)	(273.271)
Depreciação	(22.038)	-	(22.038)	(596)	(274)	-	(29)	(147)	(2.505)	(741)	(4.292)	(26.330)
Baixa/alienação (*)	227.096	-	227.096	4.480	1.511	458	393	2.250	-	-	9.092	236.188
Incorporação Sullair	(20.182)	-	(20.182)	(165)	(86)	(432)	-	(99)	-	(257)	(1.039)	(21.221)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(73.663)	-	(73.663)	(1.033)	(338)	(432)	(1)	(110)	(6.840)	(2.217)	(10.971)	(84.634)
Depreciação	(3.199)	-	(3.199)	(35)	(1)	(6)	-	(17)	(1.189)	-	(1.248)	(4.447)
Baixa/alienação (*)	53.318	-	53.318	902	253	27	1	11	-	-	1.194	54.512
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(23.544)	-	(23.544)	(166)	(86)	(411)	-	(116)	(8.029)	(2.217)	(11.025)	(34.569)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	-	20	20	10	10	20	33,3	-	-
Resumo imobilizado líquido												
Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.471	112	21.583	248	243	6	4	68	829	1	1.399	22.982
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.079	-	4.079	27	-	-	1	127	778	1	934	5.013

(*) Operações de redução de capital entre a Companhia e sua controladora (transações não caixa) ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, no valor líquido total de R\$ 14.191 e R\$ 93.726 respectivamente, e compõem a maior parte destes valores.

Solaris Equipamentos e Serviços S.A.

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
Custo do imobilizado bruto													
Saldos em 31 de dezembro de 2019	381.670	6.322	387.992	6.724	2.405	458	602	2.882	7.954	3.218	-	24.243	412.235
Aquisição	1.402	202	1.604	82	-	-	-	83	-	-	-	165	1.769
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	(285)	(1.257)	-	(1.542)	(1.542)
Baixa/alienação (*)	(320.571)	(117)	(320.688)	(5.718)	(1.911)	(458)	(597)	(2.914)	-	-	-	(11.598)	(332.286)
Ajuste para crédito de PIS e COFINS	1.305	(517)	788	-	-	-	-	-	-	-	-	-	788
Transferência	5.778	(5.778)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação Sullair	25.550	-	25.550	193	87	438	-	127	-	257	-	1.102	26.652
Saldos em 31 de dezembro de 2020	95.134	112	95.246	1.281	581	438	5	178	7.669	2.218	-	12.370	107.616
Aquisição	3.327	-	3.327	-	5	-	-	12	-	-	29	46	3.373
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	1.138	90	-	1.228	1.228
Mais-valia do ativo imobilizado - Nest	485	-	485	-	-	-	-	-	-	-	-	-	485
Baixa/alienação (*)	(67.885)	-	(67.885)	(1.088)	(495)	(27)	(24)	(51)	-	-	-	(1.685)	(69.570)
Adição por aquisição de controlada - Nest	2.897	-	2.897	-	9	-	31	2	-	-	-	42	2.939
Transferência	-	(112)	(112)	-	-	-	-	112	-	-	-	112	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	33.958	-	33.958	193	100	411	12	253	8.807	2.308	29	12.113	46.071

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis Utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(258.539)	-	(258.539)	(4.752)	(1.489)	(458)	(365)	(2.114)	(4.335)	(1.219)	-	(14.732)	(273.271)
Depreciação	(22.038)	-	(22.038)	(596)	(274)	-	(29)	(147)	(2.505)	(741)	-	(4.292)	(26.330)
Baixa/alienação (*)	227.096	-	227.096	4.480	1.511	458	393	2.250	-	-	-	9.092	236.188
Incorporação Sullair	(20.182)	-	(20.182)	(165)	(86)	(432)	-	(99)	-	(257)	-	(1.039)	(21.221)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(73.663)	-	(73.663)	(1.033)	(338)	(432)	(1)	(110)	(6.840)	(2.217)	-	(10.971)	(84.634)
Depreciação	(3.556)	-	(3.556)	(36)	(4)	(6)	(2)	(17)	(1.189)	(9)	-	(1.263)	(4.819)
Baixa/alienação (*)	53.359	-	53.359	902	252	28	7	11	-	-	-	1.200	54.559
Mais-valia do ativo imobilizado -Nest	(72)	-	(72)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(72)
Adição por aquisição de controlada - Nest	(417)	-	(417)	-	(4)	-	(7)	-	-	-	-	(11)	(428)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(24.349)	-	(24.349)	(167)	(94)	(410)	(3)	(116)	(8.029)	(2.226)	-	(11.045)	(35.394)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	-	20	20	10	10	20	33,3	-	-	-
Resumo imobilizado líquido													
Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.471	112	21.583	248	243	6	4	68	829	1		1.399	22.982
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.609	-	9.609	26	6	1	9	137	778	82	29	1.068	10.677

(*) Operações de redução de capital entre a Companhia e sua controladora (transações não caixa) ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, no valor líquido total de R\$ 14.191 e R\$ 93.726 respectivamente, e compõem a maior parte destes valores.

Informações adicionais sobre o ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui bens no montante líquido consolidado de R\$ 18.716 (R\$46.495 em 31 de dezembro de 2020), cedidos em garantia nas operações de financiamentos da compra do próprio ativo. A depreciação no exercício, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, no montante em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 3.515 e R\$ 1.099 (31 de dezembro de 2020 de R\$ 20.969 e R\$ 6.766), respectivamente. A Companhia não possui bens cedidos nem arrolados em defesa de processos judiciais.

Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 quando comparado com 31 de dezembro de 2020.

Considerando o desempenho operacional positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e a não identificação de fatores de obsolescência tecnológica de seu imobilizado, a Administração não identificou indicadores de “impairment” a luz do CPC 01 (IAS 36). Por consequência, a Companhia não precisou estender suas análises internas visando avaliar a recuperação de seu imobilizado usando referências de mercado ou modelos financeiros de valor em uso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (denominado no CPC 01/IAS 36 como “step 1”).

Ao contrário de 2021, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, onde determinados indicadores de “impairment” foram identificados, o valor recuperável desse conjunto de ativos, foi determinado pela Administração com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base em multiplicadores do Produto Interno Bruto (PIB) mais a variação de indicadores de inflação (IGPM), com ganhos reais de preço. Os custos e despesas foram, em linhas gerais, segregados em fixos e variáveis, sendo os variáveis projetados considerando crescimento de volume mais variação de indicadores de inflação (IPCA) e os custos e despesas fixas projetados apenas pela variação do mesmo IPCA. Alguns outros itens foram projetados pelo percentual histórico da receita de locação. Também foi considerada a variação da necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo imobilizado testado para sua recuperação.

Os respectivos fluxos nos testes de recuperação de ativos imobilizados foram descontados por taxa de desconto de 11,6%.

Após a conclusão dos referidos estudos, o valor em uso dos ativos identificados por meio dos fluxos descontados foi superior ao valor contábil, não havendo, assim, a necessidade de constituição de provisão para “impairment” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

12. INTANGÍVEL

	Software	Marcas e patentes	Carteira de Clientes	Intangível em Andamento (**)	Ágio em investimentos	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.772	8	-	-	-	1.780
Aquisição	45	-	-	-	-	45
Alienação	(1.571)	-	-	-	-	(1.571)
Incorporação Sullair	62	-	-	-	-	62
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>308</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>316</u>
Alienação	(246)	-	-	-	-	(246)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>62</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>70</u>

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Carteira de Clientes</u>	<u>Intangível em Andamento (**)</u>	<u>Ágio em investimentos</u>	<u>Total Controladora</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.226)	-	-	-	-	(1.226)
Amortização	(173)	-	-	-	-	(173)
Alienação	1.304	-	-	-	-	1.304
Incorporação Sullair	(50)	-	-	-	-	(50)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>(145)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(145)</u>
Amortização	(5)	-	-	-	-	(5)
Alienação	96	-	-	-	-	96
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>(54)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(54)</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-	-	-	-
<u>Resumo intangível líquido</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>163</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>171</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>8</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16</u>
	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Carteira de Clientes</u>	<u>Intangível em Andamento (**)</u>	<u>Ágio em investimentos</u>	<u>Total Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.772	8	-	-	-	1.780
Aquisição	45	-	-	-	-	45
Alienação	(1.571)	-	-	-	-	(1.571)
Incorporação Sullair	62	-	-	-	-	62
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>308</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>316</u>
Aquisição	-	-	-	-	-	-
Ágio por aquisição de controlada Nest	-	-	-	-	2.196	2.196
Mais-valia do intangível por aquisição de controlada – Nest	-	-	75	-	-	75
Alienação	(246)	-	-	-	-	(246)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>62</u>	<u>8</u>	<u>75</u>	<u>-</u>	<u>2.196</u>	<u>2.341</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.226)	-	-	-	-	(1.226)
Amortização	(173)	-	-	-	-	(173)
Alienação	1.304	-	-	-	-	1.304
Incorporação Sullair	(50)	-	-	-	-	(50)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>(145)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(145)</u>
Amortização	(5)	-	-	-	-	(5)
Alienação	96	-	-	-	-	96
Mais valia do intangível por aquisição de controlada - Nest	-	-	(5)	-	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>(54)</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(59)</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-	-	-	-
<u>Resumo intangível líquido</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>163</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>171</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>8</u>	<u>8</u>	<u>70</u>	<u>-</u>	<u>2.196</u>	<u>2.282</u>

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio oriundo da expectativa de rentabilidade futura é classificado no intangível, ao passo que na controladora é classificado como investimentos.

13. CONTAS A PAGAR A TERCEIROS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais – Terceiros	4.680	4.513	4.945	4.513
Fornecedores estrangeiros – Terceiros	1.880	2.129	1.880	2.129
	<u>6.560</u>	<u>6.642</u>	<u>6.825</u>	<u>6.642</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compras de curto prazo de peças de reposição e suprimentos, serviços e bens do ativo imobilizado.

14. PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados negociados anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13.

O Programa de Participação Resultados de 2021 é baseado no atingimento do EBITDA ajustado, metas corporativas. Todos os colaboradores das controladas e da controladora com pelo menos 90 dias trabalhados em 2021 são elegíveis.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor do passivo registrado é de R\$ 179 (controladora e consolidado). Em 31 de dezembro de 2020, o valor do passivo registrado é de R\$ 1.361 (controladora e consolidado).

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora										
	2019	Varição cambial	Provisão de juros	Pagamento de juros	Amortização	2020	Varição cambial	Provisão de juros	Pagamento de juros	Amortização	2021
Total	7.669	1.720	428	(504)	(4.766)	4.547	152	118	(206)	(4.611)	-
ABC	2.137	-	42	(50)	(1.258)	871	-	21	(21)	(871)	-
BB (Oper 4131)	5.532	1.720	386	(454)	(3.508)	3.676	152	97	(185)	(3.740)	-
Circulante	4.603	-	-	-	-	4.547	-	-	-	-	-
Não circulante	3.066	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	Consolidado											
	2019	Varição cambial	Provisão de juros	Pagamento de juros	Amortização	2020	Aquisição controlada	Varição ambial	Provisão de juros	Pagamento de juros	Amortização	2021
Total	7.669	1.720	428	(504)	(4.766)	4.547	1.278	152	179	(289)	(4.878)	989
ABC	2.137	-	42	(50)	(1.258)	871	-	-	21	(21)	(871)	-
BB (Oper 4131)	5.532	1.720	386	(454)	(3.508)	3.676	-	152	97	(185)	(3.740)	-
DLL 570991	-	-	-	-	-	-	261	-	28	(50)	(127)	112
DLL 593383	-	-	-	-	-	-	263	-	26	(33)	(91)	165
Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-	248	-	7	-	(43)	212
Itaú	-	-	-	-	-	-	76	-	-	-	(6)	70
Mútuo	-	-	-	-	-	-	430	-	-	-	-	430
Circulante	4.603	-	-	-	-	4.547	-	-	-	-	-	783
Não circulante	3.066	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206

Em 31 de dezembro de 2021, os valores de empréstimos estão classificados nas seguintes formas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos bancários e contas garantidas (a)	-	871	989	871
Financiamentos em moeda estrangeira (b)	-	3.676	-	3.676
	-	4.547	989	4.547
Circulante	-	4.547	783	4.547
Não circulante	-	-	206	-

Os empréstimos e financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2021 foram contratados com encargos de taxas pré-fixadas de 3,75% a 19,56% a.a. e pós fixadas de 6% a.a. acrescidos de CDI, com amortizações em bases mensais.

(a) Empréstimos, financiamentos bancários e contas garantidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Moeda nacional (capital de giro)	-	871	989	871
	-	871	989	871
Circulante	-	871	783	871
Não circulante	-	-	206	-

Composição dos empréstimos e financiamentos bancários por vencimento (*)

	Controladora e Consolidado						
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Em 31 de dezembro de 2020	100	-	-	-	771	-	871
Em 31 de dezembro de 2021	430	105	-	209	-	245	989

(b) Financiamentos em moeda estrangeira (US\$) (valores convertidos para moeda local):

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos com instituições financeiras	-	3.676
	-	3.676
Circulante	-	3.676

Composição dos financiamentos com terceiros por vencimento

	Controladora e Consolidado						
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Em 31 de dezembro de 2020	-	-	1.654	-	2.022	-	3.676
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	-

16. DEBÊNTURES

Em 17 de abril de 2020, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, foi deliberado autorizar a celebração de aditamento ao “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Solaris Equipamentos e Serviços S.A.”, de 19 de março de 2014, conforme aditado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, a fim, principalmente, de incluir carência de 12 meses para pagamento do principal a partir de abril de 2020, com vencimento em 20.02.2022, estabelecendo também nova sobretaxa de remuneração de 5%.

	Controladora e Consolidado								
	2019	Provisão de juros	Pagamento de juros	Pagamento do principal	2020	Provisão de juros	Pagamento de juros	Pagamento do principal	2021
Total	24.976	1.628	(1.636)	(3.337)	21.631	1.269	(1.290)	(17.665)	3.945
Circulante	21.050	-	-	-	17.705	1.269	(1.290)	(17.665)	3.945
Não circulante	3.926	-	-	-	3.926	-	-	-	-

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures da Companhia preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, conforme abaixo:

- Manutenção do índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas de sua respectiva apuração anual.
- O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) nos exercícios sociais até a data de vencimento.

O descumprimento da cláusula restritiva acarretará a antecipação do vencimento, tornando este imediato.

Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Controlada atingiu todos os covenants as quais estava sujeita. Esses covenants são mensurados a cada encerramento do exercício (31 de dezembro).

17. ARRENDAMENTOS

Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, já que essa abordagem não exige informação comparativa e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, em troca de uma contraprestação.

Os direitos de uso passaram a ser reconhecidos no ativo, sujeitos à depreciação e os arrendamentos passam a ser reconhecidos no passivo, tal como os leasings financeiros, sujeitos à atualização monetária e amortizados pelo pagamento do arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção do CPC 06 (R2) é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso dos ativos objetos desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento calculadas utilizando as taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações.

A seguir são apresentadas informações sobre o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil utilizados pela Companhia:

a. Reconhecimento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente, descontado pela taxa de juros nominal incremental de empréstimo do grupo, líquido dos seguintes efeitos:

- (a) Pagamentos de arrendamentos variáveis baseadas em índice ou taxa;
- (b) Valores pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais;
- (c) Preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção;

Os ativos de direito de uso são mensurados de acordo com os itens a seguir:

- (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (b) Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial ou antes dela menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- (c) Quaisquer custos diretos iniciais.

Os pagamentos dos arrendamentos de curto prazo, assim como dos arrendamentos de bens de baixo valor, são reconhecidos no resultado como custo ou despesa, pois de acordo com a norma são isentos de tratamento como arrendamento.

b. Julgamentos críticos na determinação do prazo do arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão de um contrato de arrendamento. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou não será extinto). Essa avaliação é revisada caso ocorra evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete tal avaliação e que esteja sob o controle da arrendatária.

A movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

c. Movimentação do direito de uso – Ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso				
Veículos				
Saldo inicial	-	1.999	-	2.127
Remensuração	-	-	-	-
Atualização de contratos	-	(38)	-	(38)
Depreciação acumulada	-	(1.961)	-	(2.089)
Imobilizado líquido	-	-	-	-
Imóveis				
Saldo inicial	829	3.619	829	3.619
Remensuração	(407)	(485)	(407)	(485)
Atualização de contratos	1.029	440	1.029	440
Baixas	110	(335)	110	(335)
Depreciação acumulada	(781)	(2.410)	(781)	(2.410)
Imobilizado líquido	780	829	780	829

d. Movimentação do arrendamento – Passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo de arrendamento				
Veículos				
Adoção inicial	-	1.791	-	1.855
Remensuração	-	-	-	69
Baixas	-	(38)	-	(38)
Pagamentos	-	(1.258)	-	(1.397)
Encargos financeiros	-	(495)	-	(489)
Arrendamentos a pagar	-	-	-	-
Imóveis				
Adoção inicial	715	3.623	715	3.623
Remensuração	(407)	(485)	(407)	(485)
Atualização de contratos	1.029	440	1.029	440
Baixas	53	(335)	53	(335)
Pagamentos	(895)	(2.692)	(895)	(2.692)
Encargos financeiros	339	164	339	164
Arrendamentos a pagar	834	715	834	715

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo de arrendamento				
Circulante	479	715	479	715
Não circulante	355	-	355	-

e. Fluxos contratuais por prazos e taxas de desconto

O cálculo das taxas de desconto foi realizado, com base na taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

Prazos de contrato	Taxa a.a. (%)	
	Imóveis	Veículos
2022	46%	-
2023	46%	-
2024	8%	-

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise do vencimento dos passivos de arrendamento comparando as projeções com base nos fluxos nominais e reais em 31 de dezembro de 2021:

Prazos de pagamento	Controladora / Consolidado	
	Imóveis	Veículos
2022	435	-
2023	435	-
2024	72	-
	942	-

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de imóveis e veículos, sendo os potenciais efeitos de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Alíquota	Controladora/Consolidado	
		Nominal	Valor presente
Contraprestação	-	942	834
PIS/COFINS potencial	9,25%	87	77

18. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributos a recuperar				
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	5.883	5.400	5.883	5.400
PIS e COFINS a recuperar (ii)	2.540	1.428	2.540	1.428
ICMS a compensar (iii)	588	752	588	752
PIS e COFINS diferidos	-	348	-	348
Outros	189	270	198	270
	9.200	8.198	9.209	8.198
Circulante	9.200	7.850	9.209	7.850

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Não circulante	-	348	-	348

- (i) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda, oriundo do imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras e antecipações mensais de pagamento, conforme apuração do IRPJ e CSLL, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais durante o exercício de 2022.
- (ii) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados à razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos.
- (iii) Corresponde aos créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda.

19. TRIBUTOS E IRPJ/CSLL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS	142	-	142	-
IRPJ/CSLL	1.322	996	1.396	996
Outros tributos a recolher	77	53	85	53
	<u>1.541</u>	<u>1.049</u>	<u>1.623</u>	<u>1.049</u>
Circulante	1.541	1.049	1.623	1.049

20. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de férias	249	204	276	204
Provisão de dissídio	87	345	87	345
INSS a recolher	115	134	130	134
FGTS a recolher	19	73	23	73
IRRF sobre salários	31	29	40	29
Outros	138	150	139	150
	<u>639</u>	<u>935</u>	<u>695</u>	<u>935</u>

21. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Provisões</u>				
Tributários	337	-	337	-
Cível	320	790	320	790
Trabalhistas (a)	<u>3.834</u>	<u>4.487</u>	<u>3.834</u>	<u>4.487</u>
	<u>4.491</u>	<u>5.277</u>	<u>4.491</u>	<u>5.277</u>

- (a) Referem-se, basicamente, a ações ingressadas por ex-funcionários relativas a pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, desvio de função, horas extras, multa de FGTS e adicionais de periculosidade e insalubridade), equiparação salarial, danos morais e materiais, indenizações e responsabilidade subsidiária, assim como a recolhimentos por impacto das diferenças de acordos coletivos.

Movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	5.277	3.618	5.277	4.079
Constituições	3.027	2.287	3.027	2.060
Reversões/baixas	<u>(3.813)</u>	<u>(628)</u>	<u>(3.813)</u>	<u>(862)</u>
Saldo no final do exercício	<u>4.491</u>	<u>5.277</u>	<u>4.491</u>	<u>5.277</u>

Processos com classificação de perda possível

Os processos considerados como perda possível pela Administração da Companhia e de sua controlada, consubstanciados pelos assessores jurídicos internos e externos, não são provisionados nas demonstrações financeiras e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas (a)	435	866	435	866
Fiscais (b)	19.416	18.483	19.416	18.483
Cíveis	<u>2.349</u>	<u>439</u>	<u>2.349</u>	<u>439</u>
	<u>22.200</u>	<u>19.788</u>	<u>22.200</u>	<u>19.788</u>

- (a) Referem-se, basicamente, a outras ações trabalhistas propostas por aviso prévio, 13º salário, férias, adicionais de periculosidade e insalubridade, FGTS, reintegração, indenização por danos materiais, morais e estéticos e anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

- (b) Em setembro de 2016, a ex-controlada Sullair (nota explicativa 1) recebeu Auto de Infração de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços lavrado no montante aproximado de R\$ 59 milhões de principal que perfaz um total de cerca de R\$ 200 milhões acrescido de multa e juros. Resumidamente, esta autuação questiona o recolhimento do imposto ICMS principalmente sobre a movimentação de ativos de locação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013. Após defesa administrativa, o valor possível de perda foi reduzido para R\$ 4 milhões e o restante classificado como perda remota, pois houve o reconhecimento de que a maioria dos ativos constantes do Auto de Infração eram de locação e não para estoques e que não há incidência de ICMS na operação. Os demais processos se referem, basicamente, a execução de créditos tributários referentes a dívida ativa, compensações de INSS sobre verbas de natureza indenizatórias e a embargos opostos à execução fiscal, ajuizada pela União, para a cobrança de diferenças de COFINS e de créditos tributários decorrentes do aumento da alíquota de 1% para 3% da COFINS.

Em 31 de dezembro de 2021 existem depósitos judiciais registrados no ativo não circulante nos montantes de R\$1.123, (R\$233 em 2020, controladora e consolidado), os quais estão vinculados às provisões constituídas e que apresentavam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Depósitos judiciais</u>				
Tributários	967	39	967	39
Trabalhistas	45	128	45	128
Cíveis	111	66	111	66
	<u>1.123</u>	<u>233</u>	<u>1.123</u>	<u>233</u>

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado está apresentado conforme quadro abaixo:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Capital social	Quantidade de ações (em milhares)	%	Capital social	Quantidade de ações (em milhares)	%
Acionistas						
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.	117.651	154.345	99,99	133.347	154.345	99,99
Sérgio Kariya	1	1	0,01	1	1	0,01
Total	<u>117.652</u>	<u>154.346</u>	<u>100</u>	<u>133.348</u>	<u>154.346</u>	<u>100</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram feitas reduções de capital na companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas em Assembleias Geral Extraordinária de acionistas as reduções de capital no total de (R\$ 15.696), por meio de troca de ativo imobilizado (R\$ 14.191), Softwares (R\$ 151) e Estoques (R\$ 1.354) pelos seus valores contábeis, conforme demonstrados abaixo:

Data da Assembleia Geral Extraordinária	Filial	Valor da redução de capital	Capital Social antes da redução de capital	Capital Social depois da redução de capital
21/01/2021	Barcarena (PA)	1.600	133.348	131.748
25/01/2021	Vila Olímpia (SP)	424	131.748	131.324
22/03/2021	Goiânia	4.580	131.324	126.744
22/02/2021	Macaé (RJ)	5.416	126.744	121.328
23/09/2021	Taubaté (SP)	3.676	121.328	117.652
Total em 31 de dezembro de 2021		<u>15.696</u>		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada em Assembleias Geral Extraordinária de acionistas a reduções de capital no total de (R\$ 105.496), por meio de troca de ativo imobilizado (R\$ 93.726), Softwares (R\$ 267) e Estoques (R\$ 11.503). pelos seus valores contábeis, conforme demonstrado abaixo:

Data da Assembleia Geral Extraordinária	Filial	Valor da redução de capital	Capital Social antes da redução de capital	Capital Social depois da redução de capital
30.01.2020	Serra (ES)	2.347	238.843	236.497
11.03.2020	Maracanaú (CE)	5.443	236.497	231.054
24.03.2020	Uberlândia (MG)	8.516	231.054	222.538
17.06.2020	Cabo de Santo Agostinho (PE)	4.782	222.538	217.756
09.07.2020	Cachoerinha (RS)	4.110	217.756	213.645
03.08.2020	Camaçari (BA)	7.252	213.645	206.393
20.08.2020	Brasília (DF)	2.929	206.393	203.464
26.08.2020	Curicica (RJ)	5.410	203.464	198.054
08.09.2020	Parauapebas (PA)	7.110	198.054	190.945
14.09.2020	Contagem (MG)	13.708	190.945	177.237
21.09.2020	Campinas (SP)	6.446	177.237	170.791
06.10.2020	Cravinhos (SP)	6.607	170.791	164.184
13.10.2020	São José dos Pinhais (PR)	10.145	164.184	154.039
13.11.2020	Osasco (SP)	20.693	154.039	133.348
Total em 31 de dezembro de 2020		<u>105.497</u>		

22.2. Destinação do lucro líquido do exercício

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos de 1% calculados sobre o lucro líquido do exercício (quando houver) ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações.

Quando apurado lucro ao final do exercício findo em 31 de dezembro, a reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu reserva legal somando o montante de R\$ 180.

22.3. Reserva de capital - ágio

Em 19 de junho de 2014, a Companhia realizou a incorporação reversa da sua então controladora SCG IIIA, que resultou no registro de impostos diferidos ativos, no montante de R\$ 69.337 sobre os ágios apurados, naquela data. Por tratar-se de uma transação decorrente da incorporação de controladora com os acionistas existentes naquela data, em contrapartida ao registro do imposto de renda diferido, foi registrada reserva de capital no patrimônio líquido, sem alteração nos saldos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

22.4. Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	3.596	(82)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	154.346	154.346
Lucro/ (Prejuízo) básico e diluído por ação – R\$	0,02	(0,005)
	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	3.417	(82)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	154.346	154.346
Lucro/ (Prejuízo) básico e diluído por ação – R\$	0,02	(0,005)

23. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Locação	32.845	141.687	34.155	141.395
Vendas de novos	9.894	5.320	9.894	11.515
Venda de seminovos	10.876	10.716	11.527	11.479
Venda de seminovos (outros)	71	48	71	123
Assistência técnica	870	6.362	874	7.191
Recuperação de Despesas	458	-	485	-
Total receita bruta	<u>55.014</u>	<u>164.133</u>	<u>57.006</u>	<u>171.703</u>
Impostos sobre vendas e serviços	(7.823)	(14.209)	(7.932)	(16.229)
Cancelamentos e descontos	<u>(3.437)</u>	<u>(12.764)</u>	<u>(3.470)</u>	<u>(12.943)</u>
	<u>43.754</u>	<u>137.160</u>	<u>45.604</u>	<u>142.531</u>

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Os custos dos produtos vendidos e de serviços prestados (CPV), referem-se principalmente a gastos com:

- (i) Pessoal para supervisão das obras, assistência técnica, montagem, movimentação, manutenção de equipamentos e projetistas;
- (ii) Fretes de transporte de equipamentos, quando de responsabilidade da Companhia e de transferência de equipamentos;
- (iii) Aluguel de equipamentos de terceiros;
- (iv) Gastos relacionados diretamente à administração do depósito, estocagem, movimentação e manutenção dos ativos de locação e de revenda, contemplando despesas com EPs usados nas atividades operacionais (movimentação, estocagem e manutenção), insumos (gás de empilhadeira, gases para solda, compensados, tintas, sarrafos de madeira, dentre outros) e manutenção de máquinas e equipamentos (empilhadeiras, máquinas de solda, hidrojateadoras talhas e ferramentas em geral);
- (v) Provisões para estoques de giro lento e para redução ao valor recuperável; conforme notas explicativas 8 e 11, respectivamente.
- (vi) As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se a despesas correntes, tais como salários, benefícios, viagens, representações dos diversos departamentos, incluindo Comercial, Marketing, Engenharia e departamentos do backoffice administrativo, como RH e Financeiro; além das despesas patrimoniais e diversas filiais (aluguéis, taxas, segurança e conservação e limpeza, principalmente); provisões para contingências e alguns desembolsos de caráter não permanente.

Controladora:

Natureza	31/12/2021			31/12/2020		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(2.565)	(1.178)	(3.743)	(9.480)	(13.332)	(22.812)
Terceiros	(547)	(3.130)	(3.677)	(302)	(6.819)	(7.121)
Frete	(1.329)	(145)	(1.474)	(4.055)	(416)	(4.471)
Material construção/manutenção e reparo	(3.735)	(1.001)	(4.736)	(12.150)	(1.825)	(13.975)
Aluguel de equipamentos e outros	(10.546)	(280)	(10.826)	(17.506)	(422)	(17.928)
Viagem	(293)	(80)	(373)	(1.389)	(1.013)	(2.402)
Custo das mercadorias vendidas	(10.068)	-	(10.068)	(3.163)	-	(3.163)
Depreciação/Amortização	(3.386)	(796)	(4.182)	(20.969)	(4.923)	(25.892)
Baixa de ativos	(512)	-	(512)	(1.668)	-	(1.668)
Custo de venda com seminovos outros	-	-	-	(352)	-	(352)
Provisões	-	219	219	-	(1.497)	(1.497)
Participação nos resultados	-	1.002	1.002	-	(804)	(804)
Outros (*)	863	(1.567)	(704)	(47)	(21.406)	(21.453)
	<u>(32.118)</u>	<u>(6.956)</u>	<u>(39.074)</u>	<u>(71.081)</u>	<u>(52.457)</u>	<u>(123.538)</u>

Consolidado:

Natureza	31/12/2021			31/12/2020		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(2.677)	(1.712)	(4.389)	(10.298)	(14.134)	(24.432)
Terceiros	(547)	(3.193)	(3.740)	(454)	(7.675)	(8.129)
Frete	(1.364)	(145)	(1.509)	(4.114)	(450)	(4.564)
Material construção/manutenção e reparo	(3.787)	(1.001)	(4.788)	(15.622)	(1.877)	(17.499)
Aluguel de equipamentos e outros	(10.589)	(331)	(10.920)	(17.693)	(422)	(18.115)
Viagem	(307)	(83)	(390)	(1.465)	(1.020)	(2.485)
Custo das mercadorias vendidas	(10.438)	-	(10.438)	(6.112)	-	(6.112)
Depreciação/Amortização	(3.515)	(1.099)	(4.614)	(20.969)	(6.766)	(27.735)
Baixa de ativos	(512)	-	(512)	(1.938)	-	(1.938)
Custo de venda com seminovos - outros	-	-	-	(352)	-	(352)
Provisões	-	219	219	-	(1.437)	(1.437)
Participação nos resultados	-	1.002	1.002	-	(841)	(841)
Outros(*)	848	(1.888)	(1.040)	(51)	(21.635)	(21.686)
	<u>(32.888)</u>	<u>(8.231)</u>	<u>(41.119)</u>	<u>(79.068)</u>	<u>(56.257)</u>	<u>(135.325)</u>

(*) Em 2020, foi firmado entre a Companhia e sua Controladora, contrato de rateio de despesas das atividades desempenhadas pela equipe de backoffice, com o objetivo de otimizar as despesas entre as partes.

25. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.401)	(1.628)	(1.496)	(1.628)
Variação cambial e monetárias passivas	(3.175)	(2.807)	(3.175)	(3.462)
Perdas nas operações com instrumentos financeiros derivativos	-	(937)	-	(937)
IOF	(18)	(66)	(20)	(67)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	(319)	(166)	(319)	(171)
Comissões e tarifas bancárias	(706)	(1.146)	(712)	(1.156)
Outras despesas financeiras	(922)	(940)	(934)	(1.163)
Total - Despesas financeiras	<u>(6.541)</u>	<u>(7.690)</u>	<u>(6.656)</u>	<u>(8.584)</u>
Receitas financeiras:				
Receitas de juros	3.077	1.788	3.101	1.790
Descontos obtidos	23	153	31	235
Variação cambial ativa	3.041	1.059	3.041	1.252
Ganho com swap	783	2.402	783	2.402
Outras receitas financeiras	1.114	763	1.120	896
Total – Receitas financeiras	<u>8.038</u>	<u>6.165</u>	<u>8.076</u>	<u>6.575</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>1.497</u>	<u>(1.525)</u>	<u>1.420</u>	<u>(2.009)</u>

26. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021(*)	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.681	4.156	5.681	4.074
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.932)	(1.413)	(1.932)	(1.386)
Resultado de equivalência patrimonial	63	(2.251)	63	-
Benefício fiscal de ágio	(1.442)	1.770	(1.442)	1.770
Instrumentos derivativos	44	498	44	498
Outras adições (exclusões), líquidas	1.182	(2.841)	1.182	(5.038)
Total do imposto de renda e contribuição social corrente	(2.991)	(6.836)	(2.991)	(6.836)
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	906	2.599	906	2.680
Total do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(2.085)	(4.237)	(2.085)	(4.156)
Alíquota efetiva	37%	102%	37%	102%

(*) No consolidado, não contempla o valor de imposto de renda e contribuição social referente a controlada nest cuja apuração é trimestral com base no lucro presumido.

As despesas não dedutíveis estão compostas de baixas por ajustes de inventário, multas não compensatórias, perdão de dívidas e brindes.

27. PARTES RELACIONADAS

27.1. Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

Chamamos atenção a divulgação da transação de redução de capital com a controladora em troca de ativos registrados contabilmente conforme nota explicativa 22.1.

27.2. Transações com partes relacionadas

Empresa	Natureza	2021			
		Controladora/Consolidado			
		Contas a Receber	Contas a pagar/Outras contas apagar	Receita de sublocação/venda	Despesa com sublocação/venda
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.	Sublocação de equipamentos	1.264	826	1.490	10.870
		2020			
		Controladora/Consolidado			
		Contas a Receber	Contas a pagar/Outras contas apagar	Receita de sublocação	Despesa com sublocação
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.	Sublocação de equipamentos		390	4.922	17.301
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.	Gastos compartilhados(*)		-	1.488	-

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi firmado entre a Companhia e sua Controladora, contrato de rateio de despesas das atividades

28. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração inclui salários e bonificações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi pago o valor de R\$ 1.915, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica “Salários e benefícios a empregados”, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreu remuneração a pessoal-chave, pois foram incorporados à Controladora Mills, conforme quadro abaixo:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Salários e encargos - Diretoria	-	819
Participação nos resultados	-	1.096
	<u>-</u>	<u>1.915</u>

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. Categoria dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Classificação	Nível	Valor contábil Controladora		Valor contábil Consolidado	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Ativos financeiros</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	1	73.448	92.912	73.460	92.912
Swap	Valor justo por meio do resultado	2	-	808	-	808
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	6.296	17.898	6.931	17.898
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	-	<u>1.264</u>	<u>390</u>	<u>1.264</u>	<u>390</u>
<u>Passivos financeiros</u>						
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	-	4.547	989	4.547
Debêntures	Custo amortizado	-	3.945	21.631	3.945	21.631
Contas a pagar a terceiros	Custo amortizado	-	6.560	6.642	6.825	6.642
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	826	6.410	826	6.410

29.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).

- Nível 3 - inputs, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

a) Valor justo do caixa e equivalente de caixa

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

29.3. Instrumento financeiro ao custo amortizado

a) Empréstimos e financiamentos

Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável.

Os valores justos dos passivos financeiros, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

b) Debêntures

Dívida	Indicador	Valor contábil, Controladora/Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
1ª emissão de debêntures - Solaris Equipamentos	CDI	3.945	21.631
Total		<u>3.945</u>	<u>21.631</u>

30. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia contrata, em determinadas situações, instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio.

Referência em 2018	Direito a receber (ponta ativa)	Obrigação (ponta passiva)	Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	Consolidado
						31/12/2021
						Saldo "swap"
Banco do Brasil	Variação cambial + 7,75% a.a.	100% CDI+3,63%	13/08/2021	-	-	-

Como descrito acima o vencimento dessa operação foi em agosto de 2021 e a Companhia não contratou novos instrumentos financeiros derivativos. O resultado dessa liquidação da operação em 2021 foi de R\$ 411, cujo saldo contábil está registrado em resultado financeiro (nota explicativa 25)

31. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Natureza</u>				
Riscos operacionais	77.413	671.325	82.256	671.325
Danos patrimoniais	66.992	58.652	68.352	58.652
Responsabilidade civil (*)	112.000	500	114.000	500

(*) A Companhia é co-segurada de sua controladora Mills, sendo a cobertura global.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Guerra da Ucrânia

A invasão da Ucrânia pela Rússia, na última semana do mês de fevereiro de 2022, causou forte reação nos preços dos ativos globais, suscitando dúvidas sobre o impacto que virá nas economias mundiais e os efeitos inflacionários advindos de um choque de commodities.

Como a Rússia é a grande fornecedora de petróleo e gás natural para a União Europeia, sanções sobre as exportações da Rússia tendem a elevar o preço do petróleo e gás natural. A elevação dos preços agrícolas, como o trigo e o milho, deve pressionar também os insumos agrícolas nos mercados, e de alguma forma causar desaceleração das economias mundiais e alta da inflação.

O Banco de Compensações Internacionais (BIS), espécie de banco dos bancos centrais, constata que a economia global enfrenta neste momento uma incerteza generalizada e que os desafios dos Bancos Centrais se tornaram mais complexos, inclusive considerando que sanções tão abrangentes nunca foram aplicadas a um país tão interconectado na economia mundial como a Rússia.

Em função das incertezas acerca do conflito, analistas acreditam que o mercado europeu possivelmente seja o mais prejudicado e, diante da importância dos russos na produção de gás e petróleo, estimam que os efeitos devem ser mais inflacionários. A Sociedade está monitorando atentamente as repercussões desse conflito e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no mercado em que atua.

Quitação da 1ª emissão de debêntures

Em 18 de fevereiro de 2022, foi efetuado o pagamento da última parcela, no montante de R\$ 1.988, referente a primeira emissão de debêntures da Companhia.